

organismo, foi coordenadora do projeto de celebração do “Centenário do Eça de Queirós” (2000-2005).

Desempenhou funções na Direção de Serviços de Ação Cultural Externa do Instituto Camões (1995-2000).

É Técnica Superior do Instituto de Segurança Social, I. P., desde 2012.
209710891

Aviso n.º 8670/2016

Considerando a vacatura do cargo de Diretor de Serviços de Formação e Inovação na Aprendizagem desta Direção-Geral, torna-se necessário proceder à designação, em regime de substituição, de um diretor de serviços até à designação de um novo titular, de modo a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Nestes termos e considerando o perfil profissional do licenciado em Filosofia, Manuel João Chorinha Barbosa, evidenciado na nota curricular, anexa ao presente despacho:

Designo, em regime de substituição, Diretor de Serviços de Formação e Inovação na Aprendizagem da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, o Licenciado Manuel João Chorinha Barbosa, técnico superior do Ministério da Educação, nos termos dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de maio de 2016.

2 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Elisabete de Carvalho*.

Nota curricular

Nome: Manuel João Chorinha Barbosa.

Data de nascimento: 26 de abril de 1958.

Habilitação académica: Licenciatura em Filosofia.

Formação profissional: Diploma de Estudos Superiores Especializados Direção Pedagógica e Administração Escolar; FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

Experiência profissional:

Docência:

Professor de Filosofia do Ensino Secundário;

Assistente Convidado de Ciências da Educação (Desenvolvimento Curricular; Metodologias de Investigação em Educação) — Unidade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve;

Colaboração com várias instituições de Ensino Superior nos domínios da Avaliação, do Desenvolvimento Curricular e das Metodologias de Investigação.

Funções técnico-pedagógicas em Organismos do Ministério da Educação:

Instituto de Inovação Educacional — Direção de Serviços de Avaliação Educativa: Projeto de Cooperação com os Centros de Formação de Associação de Escolas, no âmbito da avaliação das aprendizagens; investigação e acompanhamento às escolas no domínio do currículo e da avaliação das aprendizagens;

Departamento do Ensino Secundário: assessoria da Direção no âmbito da revisão curricular (avaliação de programas);

Direção/Coordenação:

Diretor Pedagógico do INETE — Instituto de Educação Técnica; Coordenador do Núcleo do Ensino Secundário — Departamento do Ensino Secundário;

Coordenador Pedagógico e no domínio do Currículo e Avaliação: Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea;

Coordenador Educativo do Oeste — Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL)

Diretor de Serviços Pedagógicos e de Apoio às Escolas — Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT);

Diretor do Departamento de Gestão Integrada de Sistemas de Qualificação — Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, IP e ANQEP, IP);

Representações:

Conselho Geral do INOFOR, em representação do Ministério da Educação;

Comissão Nacional de Aprendizagem, em representação do Ministério da Educação;

Comité Consultivo para a Formação Profissional, em representação de Portugal;

Grupo de Trabalho para os Objetivos Comuns dos Sistemas Educativos e Formativos Europeus, em representação de Portugal.

VET — Grupo de Peritos Nacionais sobre Educação e Formação Profissional — OCDE (representante suplente)

Coordenação da Implementação, em Portugal, da Agenda Europeia para a Educação de Adultos.

Coordenação da Implementação, em Portugal, da Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa (EPALE).

Formação:

Conceção e implementação de vários cursos de formação contínua de professores e de formação profissional nos domínios do currículo, da avaliação das aprendizagens, das metodologias de investigação, da metodologia de projeto e da gestão da formação

Realização de vários estudos de avaliação de projetos, de programas e de planos de formação.

Publicações:

Autoria e coautoria de vários textos no domínio da avaliação e do currículo, designadamente:

Instituto de Inovação Educacional (s/d) *Pensar Avaliação, Melhorar a Aprendizagem*. Lisboa: IIE.

Barbosa, J. (1998). From selection to regulation: To assess for learning. In Manak, J. & Juva, V. (Org.), *Applied Social Sciences in Teacher Education: A Way to the Social and Economic Restructuring* (pp. 9-21). Brno: Paido. Edice Pedagogicke Literatury.

Barbosa, J. & Neves, A. (2006). Fantasmas, Mitos e Ritos na Avaliação das Aprendizagens. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 40-3, 219-236.

Azevedo, R., Fernandes, E., Lourenço, H., Barbosa, J., Silva, J. M., Costa, L. & Nunes, P. S. (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação — Guia de Apoio*. Lisboa, ANQ.

209710842

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Aviso n.º 8671/2016

Em conformidade com o disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 1.º da Portaria n.º 277/2013, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013, dá-se conhecimento que:

i) A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 3.º do artigo 102.º do Código Comercial, em vigor no 2.º semestre de 2016, é de 7 %;

ii) A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5.º do artigo 102.º do Código Comercial e do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, em vigor no 2.º semestre de 2016, é de 8 %.

30 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Elsa Roncon Santos*.

209708915

FINANÇAS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA

Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e dos Secretários de Estado do Desenvolvimento e Coesão e Adjunto e do Comércio.

Despacho n.º 8906/2016

De acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, as autoridades de gestão dos programas operacionais do Portugal 2020 têm a natureza de estrutura de missão e são criadas por resolução do Conselho de Ministros.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, criou as estruturas de missão responsáveis pela gestão dos programas operacionais temáticos, regionais do continente e de assistência técnica, incluindo o Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização.

A referida Resolução determina, no n.º 13, que os secretários técnicos são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da economia, em conjunto com os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, do desenvolvimento regional, dos transportes e da ciência, sob proposta da comissão diretiva do respetivo programa operacional, despacho esse que fixa o número máximo de secretários técnicos.

Através do Despacho n.º 8862/2015, de 30 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 11 de agosto de 2015, foi fixado em nove o número máximo de secretários técnicos para o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização, tendo, desde logo, sido designados sete secretários técnicos, ficando para uma fase subsequente a designação dos restantes. Através do Despacho n.º 7408/2016, de 23 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 6 de junho de 2016, foi designado o oitavo secretário técnico do Programa.

Com a nomeação do secretário técnico anteriormente responsável pelo Eixo Prioritário II como vogal executivo da Comissão Diretiva do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização, importa proceder à sua substituição através da nomeação de novo secretário técnico para este Eixo.

Assim:

Nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, sob proposta da Comissão Diretiva do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização no uso das competências conferidas pela alínea e) do n.º 1 do artigo 28.º e pela alínea z) do n.º 1 do artigo 27.º, ambos do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, ao abrigo do Despacho n.º 2312/2016, de 1 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016 e do n.º 7.3 do Despacho n.º 2983/2016, de 17 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, determina-se o seguinte:

1 — É designado, para o cargo de secretário técnico do Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização, o Mestre Carlos António de Jesus de Castro, responsável pelas áreas de inovação empresarial e empreendedorismo, qualificação e internacionalização das PME e instrumentos financeiros do Eixo Prioritário II do Programa.

2 — A presente designação fundamenta-se na experiência e na competência do designado para o exercício de funções no respetivo cargo, conforme comprova a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

16 de junho de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 14 de junho de 2016. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*. — 7 de junho de 2016. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Ángelo Nelson Rosário de Souza*. — 7 de junho de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*.

ANEXO

Nota curricular

Nota curricular de Carlos António de Jesus de Castro

Dados pessoais:

Nome: Carlos António de Jesus de Castro.

Data de nascimento: 05 de fevereiro de 1958.

Habilitações académicas:

2003 — Mestrado em Finanças, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL);

1997 — Pós-Graduação em Mercados e Ativos Financeiros, pelo CEMAF/ISCTE;

1994 — Curso Avançado de Gestão Bancária, pelo IFB/Universidade Católica Portuguesa;

1992 — Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, (ISEG-UTL).

Atividade profissional:

De 2009 a 2016 — Técnico da Direção de *Marketing*, na área do Desenvolvimento de Produtos e Serviços Financeiros dirigidos às Empresas, na Caixa Económica Montepio Geral;

De 2001 a 2009 — Coordenador de equipa de projeto do Eixo III — Financiamento e Partilha de Risco do COMPETE (QREN) e Coordenador da equipa de análise e validação de projetos de investimento do setor do Turismo no POE/PRIME (QCA III);

De 1983 a 2001 — Técnico do Setor Bancário com atividades no apoio à sala de mercados e à direção de mercados de capitais e coordenação da área financeira, na Caixa Económica Montepio Geral.

209679829

DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Declaração n.º 89/2016

Conclusão do Período Experimental

Para os efeitos do disposto nos artigos 45.º e 46.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se que na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Secretaria-Geral do MDN, os trabalhadores António da Fonseca Ramos e Rita Filomena Antunes da Silva concluíram, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, sendo o respetivo tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

4 de julho de 2016. — A Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes*.

209709855

Louvor n.º 349/2016

Torna-se público que por despacho do Secretário-Geral-Adjunto Contra-Almirante António José Gameiro Marques, de 4 de julho de 2016, é louvado o Tenente-Coronel de Transmissões com o NIM 17342788, Henrique Martins dos Santos Cunha pela eficiência, espírito de missão e forma extraordinariamente competente como tem desempenhado, durante os últimos oito anos, as suas funções de Consultor do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN).

Exercendo funções na Direção de Serviços de Sistemas de Informação (DSSI) da Secretaria-Geral do MDN, sempre evidenciou uma elevada competência profissional e um extremo cuidado na avaliação e resolução de problemas que se lhe depararam, revelando elevado dinamismo e perseverança, determinantes para catalisar as vontades e orientar o esforço dos demais colaboradores. Na execução das suas atividades, merece especial destaque o *reporting* eletrónico, que os Ramos e Serviços Centrais (SC) do MDN têm que efetuar na prestação legal de contas ao Tribunal de Contas, assim como, na análise e conceção de *dashboards* de *business intelligence* para apoio à tomada de decisão.

Oficial distinto, dotado de um conjunto assinalável de qualidades das quais relevo a lealdade, espírito de missão, frontalidade e determinação, é possuidor de uma invulgar capacidade de trabalho, excelentes qualidades profissionais, humanas e de cooperação, as quais associadas a uma permanente disponibilidade e grande sentido do dever, fazem com que se tornasse num excecional colaborador de mérito reconhecido por subordinados, por dirigentes e por todos aqueles que usufruem dos seus serviços na sequência da concretização das soluções que tem vindo a desenvolver e que mais se têm adequado a todas as entidades da Defesa Nacional. Considero digno de realce e de acréscimo de valor a análise e preparação de novos *dashboards* para alta direção, nomeadamente o “*Dashboard* Executivo da Defesa” com indicadores de execução globais para a alta direção da Defesa Nacional, o “*Dashboard* de Execução Orçamental” para o Sr. General CEMGFA e o “*Briefing* Logístico” que fornece indicadores de execução que apoiam o General Comandante Logístico e Administrativo da Força Aérea e todo o seu *staff* nas reuniões mensais de controlo da execução logística na Força Aérea.

De assinalar ainda, a forma invulgarmente clara e precisa como age e o seu permanente esforço em bem servir, nomeadamente no apoio aos utilizadores do SIGDN, consubstanciadas nas elevadas capacidades de âmbito técnico-profissional demonstradas, e que são fator determinante para a eficácia dos estudos que lhe são solicitados, assumindo-se como um precioso colaborador do responsável técnico da Área Técnica de Planeamento e Gestão da Informação (ATPGI) do SIGDN.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares do Tenente-Coronel Henrique Cunha como sendo um Oficial de elevada craveira, pautando a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, denotando um notável desempenho e elevada competência profissional no exercício das suas funções pelo que deve ser apontado como uma referência, e ser publicamente distinguido com este merecido louvor.

4 de julho de 2016. — A Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes*.

209709839